

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)

Manual de Coleta

2015

Introdução.....	5
1 Aspectos Metodológicos da pesquisa.....	6
1.1 Objetivos da pesquisa	6
1.2 Unidade de investigação e Informante	6
1.3 Período de Referência e Abrangência Geográfica	6
1.4 Instrumentos de coleta	7
2 Instruções de Preenchimento.....	8
2.1 Instruções Gerais	8
2.2 Instruções de preenchimento Questionário básico	9
Bloco 01 – Responsável pela Coleta.....	9
Bloco 02 – Identificação do Município	9
Bloco 03 – Informações da Prefeitura	9
Bloco 04 – Recursos Humanos	9
Bloco 05 – Planejamento Urbano	10
Bloco 06 – Recursos para a Gestão.....	16
Bloco 07 – Terceirização e Informatização.....	20
Bloco 08 – Gestão Ambiental	20
Bloco 09 – Articulação Interinstitucional	23
Bloco 10 – Saneamento Básico.....	23
Bloco 11 – Ciência, Tecnologia e Inovação.....	29

2.3 Instruções de preenchimento Suplemento do Poder Legislativo	46
Bloco 01 – Responsável pela Coleta.....	46
Bloco 02 – Identificação do Município	46
Bloco 03 – Informações Cadastrais da Câmara Municipal	46
Bloco 04 – Infraestrutura	47
Bloco 05 – Recursos Humanos	49
Bloco 06 – Vereadores	50
Bloco 07 – Produção Legislativa	54
Bloco 08 – Recursos Financeiros	55
2.4 Instruções para entrega do Suplemento do Poder Legislativo.....	56

Introdução

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC – que vem sendo realizada desde 1999, em 2015 vem acompanhada do Suplemento do Poder Legislativo, que visa coletar informações específicas sobre as Câmaras Municipais.

Este manual contém as instruções para a compreensão dos objetivos dos blocos e o correto preenchimento dos questionários.

1 . Aspectos Metodológicos da Pesquisa

1.1 - Objetivos da Pesquisa

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais vem mantendo a concepção original de pesquisa censitária que, ocorrendo em todos os 5570 municípios brasileiros, objetiva levantar informações que permitam produzir um quadro geral sobre as administrações locais para auxiliar os gestores públicos no planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais.

A MUNIC constitui uma fonte segura de informações para a construção de indicadores relativos aos diferentes setores da administração pública municipal. Através dela são colhidos dados sobre o aparato institucional, sobre o planejamento público, programas sociais desenvolvidos pela administração pública local e ainda sobre a oferta de serviços públicos e de infraestrutura urbana.

Tendo em vista que os municípios vêm desempenhando papel cada vez mais importante na implantação de diversas políticas setoriais, os objetivos da MUNIC são: constituir uma base de informações institucionais de nível municipal; permitir a construção de um amplo perfil dos municípios brasileiros no que se refere às suas administrações públicas; propiciar a elaboração de um quadro geral dos aspectos da gestão municipal.

Neste ano de 2015, o Suplemento do Poder Legislativo propõe pesquisar, junto às Câmaras Municipais de todos os municípios brasileiros, informações detalhadas acerca de sua infraestrutura, recursos humanos, legisladores, produção legislativa e recursos financeiros.

1.2 - Unidade de Investigação e Informantes da Pesquisa

A unidade principal de investigação é a prefeitura municipal, composta de vários setores que fornecem as informações para a pesquisa.

O informante principal em cada município é a prefeitura, através dos diversos setores que a compõem. Como esses setores têm, frequentemente, um relativo grau de autonomia de ação, as informações coletadas são respondidas pelos diferentes setores e por diferentes pessoas. Assim, os dados coletados nos municípios são, em geral, resultado de uma consulta a pessoas diversas, geralmente indicadas pelo Prefeito e que detém as informações específicas de cada órgão público municipal.

Para o Suplemento do Poder Legislativo, o informante principal em cada município é a Câmara Municipal. As informações coletadas são respondidas pelo presidente da casa legislativa, ou por quem ele indicar.

1.3 - Período de Referência e Abrangência Geográfica da Pesquisa

A data de referência da pesquisa é o momento em que ela vai a campo, ou seja, o dia da entrevista no ano de 2015, excetuando-se somente aqueles quesitos em que possa

haver menção explícita à data ou período. Nestes casos, fica adotado o que consta no quesito.

Quanto à abrangência geográfica, a MUNIC investiga o universo dos 5570 municípios instalados e existentes no território nacional em 2015.

1.4 - Instrumentos de Coleta

Em sua edição de 2015, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC - vai a campo com o Questionário Básico, investigando os seguintes temas relativos ao poder público municipal: recursos humanos, planejamento urbano, recursos para a gestão, terceirização e informatização, gestão ambiental, articulação interinstitucional e saneamento básico. Os temas deverão ser respondidos por pessoa qualificada da própria prefeitura onde está sendo efetuada a coleta de informações.

O Suplemento do Poder Legislativo, na sua primeira edição, busca coletar informações sobre infraestrutura, recursos humanos, legisladores, produção legislativa e recursos financeiros.

2. Instruções de Preenchimento

2.1 Instruções Gerais

- ✓ as expressões e os conceitos usados nos quesitos que demandam um esclarecimento ou definição constam no próprio questionário, para facilitar tanto ao agente de coleta quanto ao informante, em caso de dúvida;
- ✓ manuseie os questionários com cuidado;
- ✓ não dobre, não amasse, não molhe e não destaque as folhas dos questionários;
- ✓ respeite os limites dos campos a serem preenchidos;
- ✓ o questionário deve ser preenchido com caneta esferográfica azul ou preta, em letra de forma e maiúscula;
- ✓ somente nos casos em que os campos disponíveis no quesito não sejam suficientes para o preenchimento por extenso, poderão ser utilizadas abreviaturas;
- ✓ os campos numéricos devem ser preenchidos da direita para a esquerda;
- ✓ os campos numéricos devem ser preenchidos com 0 (zero) quando a quantidade perguntada no quesito for nula;
- ✓ nos campos numéricos, quando existir a informação e não puder ser coletada, o técnico deve preencher **todo o campo com 8**;
- ✓ em alguns quesitos, existem comandos que determinam a sua sequência. Estes comandos apresentam-se de duas formas: sob a forma de setas ou comandos redigidos ao lado das quadrículas;
- ✓ não pode haver quesito **EM BRANCO**, exceto nos **SALTOS** previstos no questionário;
- ✓ no final de todos os blocos do questionário há um quesito de preenchimento obrigatório, que se refere à identificação do informante. Caso o informante já tenha sido identificado em outro bloco, basta preencher o item 1 do quesito;
- ✓ no caso do suplemento, a identificação do informante encontra-se no final do questionário.

2.2 Instruções de Preenchimento do Questionário Básico

► BLOCO 01 - RESPONSÁVEL PELA COLETA

Bloco de preenchimento obrigatório com o nome e o número do SIAPE e telefone do técnico do IBGE responsável pela coleta das informações e as datas de início e término da coleta.

► BLOCO 02 - IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

Bloco de preenchimento obrigatório com o código numérico da Unidade da Federação a que o município pertence, o código numérico e o DV do município onde está sendo efetuada a coleta de informações e o **nome completo do município**.

► BLOCO 03 - INFORMAÇÕES DA PREFEITURA

A maioria dos quesitos é de preenchimento obrigatório, com exceção do número do prédio em que está localizada a prefeitura, o complemento e o bairro. Em caso de não possuir numeração, complemento ou bairro, os quesitos deverão ficar em branco.

► BLOCO 04 – RECURSOS HUMANOS

Quesito 1, preencher os itens com o quantitativo do pessoal ocupado na administração direta de acordo com o vínculo empregatício.

Administração direta - representa o conjunto de órgãos públicos que respondem pelos serviços integrados na estrutura administrativa do município, ligados diretamente ao poder central.

Quesito 2, informar a existência de administração indireta no município.

Administração indireta - representa o conjunto de entidades públicas municipais dotadas de personalidade jurídica própria, compreendendo: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.

Quesito 3, preencher os itens com o quantitativo do pessoal ocupado na administração indireta de acordo com o vínculo empregatício.

Estatutário – é o servidor regido pelo Regime Jurídico Único (RJU).

Celetista – é o servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Somente comissionado – é o ocupante de cargo em comissão que não possui cargo efetivo, tem como vínculo apenas o cargo comissionado que exerce.

Estagiário – é o aluno regularmente matriculado que frequente, efetivamente, curso vinculado à estrutura do ensino público ou particular, em nível superior, ou de ensino médio, de educação profissionalizante de nível médio ou superior, ou escolas de educação especial, aceitas na administração pública municipal, para o desenvolvimento de atividades relacionadas à sua área de formação.

Sem vínculo permanente – é o cedido por outra entidade, o prestador de serviço, o voluntário, admitidos através de contrato temporário, dentre outros.

QUESITOS 1 e 3:

- **não pode haver item EM BRANCO, os campos numéricos devem ser preenchidos com apenas um 0 (zero) no último campo à direita, quando a quantidade perguntada do item for nula;**
- **quando existir a informação e o informante não souber quantificar, o técnico deve preencher todo o campo com 8;**
- **quando o item for preenchido com 888888, o total da linha deverá ser sempre superior à soma dos valores diferentes de 888888.**

► BLOCO 05 – PLANEJAMENTO URBANO

Quesito 1, identificar a caracterização da unidade administrativa da prefeitura responsável pelo planejamento urbano do município (órgão gestor).

Sendo da administração direta, consideramos como secretaria aquela unidade organizacional do governo municipal de primeiro escalão, cuja denominação pode variar de acordo com a forma de organização de cada prefeitura, podendo ser chamada de Secretaria, Divisão, Diretoria, dentre outros.

Se a prefeitura possui a estrutura organizacional da administração direta

constituída por departamentos, divisões, diretorias, e não secretarias (por questão de nomenclatura), e esses departamentos, divisões ou diretorias têm as mesmas funções de uma secretaria, deverá ser informado qual deles é o responsável pelo planejamento urbano do município.

Secretaria municipal exclusiva - quando o órgão gestor trata da política isoladamente.

Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais - quando o órgão gestor trata da política em conjunto com outras pastas.

Setor subordinado a outra secretaria - quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional do município, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a outra pasta.

Setor subordinado diretamente ao chefe do executivo - quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional do município, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado ao gabinete ou à instância de assessoramento do executivo.

Órgão da administração indireta - quando o órgão gestor é uma entidade da administração indireta municipal, podendo se apresentar como uma fundação ou empresa pública, ou sociedade de economia mista ou autarquia.

Não possui estrutura - quando não existe estrutura organizacional no município para a gestão da política.

Atenção:

Vale ressaltar que Conselhos Municipais não são unidades organizacionais das prefeituras, são instrumentos de controle e participação social, portanto não podem ser órgãos gestores de políticas públicas.

Quesito 2, existindo unidade administrativa na prefeitura responsável pelo planejamento urbano do município, registre o nome do órgão gestor.

Exemplo de caracterização e nome do órgão gestor:

O planejamento urbano é realizado pela Secretaria Municipal de Planejamento

Urbano e Habitação

Caracterização: Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais;

Nome do órgão gestor do planejamento urbano: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação;

O planejamento urbano é realizado por um departamento da Secretaria Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Nome do órgão gestor do planejamento urbano: : Secretaria Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana.

O planejamento urbano é realizado pela Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano, que é uma unidade de primeiro escalão, com status de secretaria

Caracterização: Secretaria municipal exclusiva;

Nome do órgão gestor do planejamento urbano: Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano;

O planejamento urbano é realizado pelo setor de relações interdepartamentais, ligado direto ao gabinete do prefeito

Caracterização: Setor subordinado diretamente à chefia do executivo;

Nome do órgão gestor do planejamento urbano: : Gabinete do prefeito.

Não existe na prefeitura municipal estrutura organizacional para tratar do planejamento urbano

Caracterização: Não possui estrutura;

Nome do órgão gestor do planejamento urbano : fica em branco

Quesito 3, informe a escolaridade do titular do órgão gestor do planejamento urbano.

Ensino fundamental (1º Grau) incompleto - do antigo primário até o ginásial, sem ter concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série ou 1º ao 9º ano).

Ensino fundamental (1º Grau) completo - do antigo primário até o ginásial, tendo concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série ou 1º ao 9º ano).

Ensino médio (2º Grau) incompleto - o antigo científico, normal, clássico ou equivalente, sem ter concluído todo o 2º grau.

Ensino médio (2º Grau) completo - o antigo científico, normal, clássico ou equivalente, tendo concluído todo o 2º grau.

Ensino superior incompleto - graduação superior não concluída.

Ensino superior completo - graduação superior concluída.

Pós-graduação – cursos de pós-graduação lato sensu (ou especialização) com duração mínima de 360 horas. Oferecidos aos portadores de diploma de curso superior, têm usualmente um objetivo técnico-profissional específico.

Mestrado ou doutorado - cursos de pós-graduação stricto sensu, voltados à formação científica e acadêmica e também ligados à pesquisa. O curso de mestrado tem a duração recomendada de dois a dois anos e meio, durante os quais o aluno desenvolve uma dissertação e cursa as disciplinas relativas à sua pesquisa; o de doutorado tem a duração média de quatro anos, para o cumprimento das disciplinas, realização da pesquisa e elaboração da tese.

Quesito 4, informar a existência de Plano Diretor e algumas de suas características.

Plano Diretor - instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana que define as regras para organizar as atividades em diferentes áreas do município.

Atenção:

Quando o informante não souber o ano de criação ou atualização, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (8888).

Quesitos 5 a 24, identificar quais são e como estão organizados os instrumentos de normatização da ordem pública, planejamento e gestão do território visando o pleno processo da gestão administrativa.

Área de especial interesse social - trata de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo poder público municipal, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária.

Área e/ou zona de interesse especial - trata de área e/ou zona de interesse especial criada em função da preservação cultural, paisagística ou do estabelecimento de um tipo específico de uso do solo.

Legislação de perímetro urbano - fixa o limite oficial entre as áreas urbanas e rurais do município.

Parcelamento do solo - estabelece normas, padrões e critérios para novos loteamentos, desmembramentos e unificação de terrenos urbanos.

Zoneamento ou uso e ocupação do solo - regulação do uso e ocupação do solo urbano, segundo zonas ou áreas delimitadas.

Solo criado ou outorga onerosa do direito de construir - instrumento de concessão ou outorga, pelo poder público, do direito de construir. Em geral, fixa-se um coeficiente único de aproveitamento para todo o território urbano municipal e a criação de áreas adicionais de piso utilizável somente ocorre mediante contrapartida definida em lei. É a criação de áreas adicionais de piso utilizável não apoiados diretamente sobre o solo.

Contribuição de melhoria - estabelece tributo devido pelos proprietários beneficiados com a execução de investimentos públicos.

Operação urbana consorciada - define o conjunto de intervenções e medidas para obtenção de transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental em áreas urbanas delimitadas, prevendo a participação da iniciativa privada.

Estudo de impacto de vizinhança - define o empreendimento e atividade em área urbana que dependerá de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter a licença de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do poder público municipal.

Código de obras - instrumento de regulação das construções, com especificação de padrões mínimos desejáveis para garantia da salubridade e segurança das mesmas.

Zoneamento ambiental ou zoneamento ecológico-econômico (ZEE) - instrumento de planejamento do uso do solo e gestão ambiental que consiste na delimitação de zonas ambientais e atribuição de usos e atividades compatíveis segundo as características (potencialidades e restrições) de cada uma delas,

visando o uso sustentável dos recursos naturais e o equilíbrio dos ecossistemas existentes. O ZEE deve, portanto, basear-se em uma análise minuciosa e integrada da região, considerando-se os impactos decorrentes da ação antrópica e a capacidade de suporte do meio ambiente.

Servidão administrativa - direito real de gozo, de natureza pública, instituído sobre imóvel de propriedade alheia, com base em lei, por entidade pública ou por seus delegados, em face de um serviço público ou de um bem afetado a fim de utilidade pública.

Tombamento - ato de reconhecimento do valor cultural de um bem, que o transforma em patrimônio oficial e institui regime jurídico especial de propriedade, levando em conta sua função social. Um bem cultural é "tombado" quando passa a figurar na relação de bens culturais que tiveram sua importância histórica, artística ou cultural reconhecida por algum órgão que tem essa atribuição.

Unidade de conservação (UC) - porção do território nacional ou de suas águas marinhas que é instituída pelo poder público municipal, estadual ou federal, como área sob regime especial de administração. Isso se dá pelo reconhecimento desta área possuir características naturais relevantes, à qual se aplicam garantias de proteção de seus atributos ambientais.

Concessão de uso especial para fins de moradia - um dos instrumentos utilizados para realização da regularização fundiária, diferenciando-se por se aplicar a imóveis públicos, cujo domínio não pode ser adquirido por particular, garantindo, assim, o direito à moradia às pessoas que residem nestes imóveis insuscetíveis de usucapião.

Usucapião especial de imóvel urbano - modalidade de aquisição da propriedade de imóvel urbano. Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. O título de domínio será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil. Este direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

Direito de superfície - direito real de plantar, realizar sementeiras ou edificar em terreno de propriedade alheia. Este direito caracteriza-se por ser um direito real limitado, pois recai sobre coisa alheia, restringindo-se a certas utilidades da coisa.

Regularização fundiária - processo que inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, com a finalidade de integrar assentamentos irregulares ao contexto legal das cidades.

Legitimação da posse - ato administrativo, através do qual o Poder Público reconhece ao particular sua condição de legitimidade, outorgando o formal domínio pleno.

Estudo prévio de impacto ambiental (EIA) - relatório técnico em que se avaliam as consequências para o ambiente decorrentes de um determinado projeto. Nele encontram-se identificados e avaliados de forma imparcial e meramente técnica os impactos que um determinado projeto poderá causar no ambiente, assim como apresentam-se medidas mitigadoras. Por estas razões, é um importante instrumento de avaliação de impacto ambiental.

Para preenchimento dos quesitos, considere:

- como parte integrante do plano, quando apenas o Plano Diretor contemplar os instrumentos relacionados;
- com legislação específica, quando os instrumentos forem tratados apenas em legislação específica, ou simultaneamente em legislação específica e no Plano Diretor;

Vale ressaltar que uma legislação pode tratar de um ou mais instrumentos.

Atenção:

Quando o informante não souber o ano de criação ou atualização, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (8888).

► **BLOCO 06 – RECURSOS PARA A GESTÃO**

Quesitos 1 e 2, informar a existência de cadastro imobiliário, se é informatizado e o ano da última atualização.

Cadastro Imobiliário - conjunto de informações de identificação, localização e características dos imóveis da área urbana municipal, que tem como base dados coletados em campo, que possibilitam identificar o terreno, a edificação e localizar o imóvel de forma unívoca.

Atenção:

Quando o informante não souber o ano de criação ou atualização, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (8888).

Quesito 3, informar a existência de cobrança de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e o ano da lei que instituiu a cobrança.

Imposto - imposição de um encargo financeiro ou outro tributo sobre o contribuinte (pessoa física ou jurídica) pelo Estado a partir da ocorrência de um fato gerador. É um tributo não vinculado, devido pelo contribuinte independentemente de qualquer contraprestação por parte do Estado.

Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) - imposto municipal, ou seja, somente os municípios têm competência para aplicá-lo, que tem como fato gerador a *propriedade*, o *domínio útil* ou a *posse* de propriedade imóvel localizada em zona urbana ou extensão urbana.

Atenção:

Quando o informante não souber o ano de criação ou atualização, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (8888).

Quesitos 4 e 5, informar a existência de Planta Genérica de Valores, se é informatizada e o ano da última atualização.

Planta Genérica de Valores - permite fixar previamente os valores básicos unitários dos terrenos e das edificações, expressos por metro quadrado de área, o que, por sua vez, possibilita obter uma melhor justiça fiscal na medida em que padroniza e uniformiza os critérios de apuração do valor venal dos imóveis, base para a cobrança do IPTU e das transações imobiliárias.

Atenção:

Quando o informante não souber o ano de criação ou atualização, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (8888).

Quesitos 6 e 7, informar a existência de cadastro para a cobrança de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, se é informatizado e o ano da última atualização.

Imposto - imposição de um encargo financeiro ou outro tributo sobre o contribuinte (pessoa física ou jurídica) pelo Estado a partir da ocorrência de um fato gerador. É um tributo não vinculado, devido pelo contribuinte independentemente de qualquer contraprestação por parte do Estado.

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - tributo que incide sobre a prestação de serviços, cujo fato gerador é a prestação de serviço constante da lista de serviços realizados por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo.

Atenção:

Quando o informante não souber o ano de criação ou atualização, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (8888).

Quesito 8, informar quais as taxas cobradas pelo município.

Taxa - exigência financeira à pessoa privada ou jurídica para usar certos serviços fundamentais, ou pelo exercício do poder de polícia, imposta pelo governo ou alguma organização política ou governamental.

Poder de polícia - poder de que dispõe a administração pública para delimitar a execução de atividades e condicionar o uso de bens em benefício da coletividade. O poder de polícia estabelece limitações administrativas, como por exemplo, o alvará para a realização de alguma atividade, ou ainda a fiscalização de atividades ou bens, sujeitos ao controle da administração pública. Exemplo de taxas de poder de polícia: Taxa de localização, de licença de funcionamento, de publicidade, dentre outras.

Quesitos 9 a 12, informar a existência de mecanismos de incentivo à implantação de empreendimentos, tipo de incentivo utilizado e empreendimento beneficiado.

Incentivo à implantação de empreendimentos - estímulo adotado pelos municípios para atrair novos empreendimentos.

Quesitos 13 a 16, informar a existência de mecanismos de restrição à implantação de empreendimentos, tipo de mecanismo utilizado e de empreendimento com restrição.

Mecanismos de restrição à implantação de algum tipo de empreendimento – ferramenta utilizada para dificultar, ou mesmo não permitir, a instalação de novo empreendimento que não seja de interesse do município ou que venha prejudicar a qualidade da vida da sua população.

Quesito 17, informar a existência de arranjo produtivo local dentro do território do município e se outros municípios participam deste arranjo.

Arranjo produtivo local - caracteriza-se por um aglomerado significativo de empreendimentos em determinado território e indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, que compartilham formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, podendo incluir pequenas, médias e grandes empresas.

Quesito 18, informar se o município faz parte de Territórios da Cidadania.

Territórios da Cidadania - em 2008 o governo federal lançou o Programa Territórios da Cidadania que tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre governo federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. É formado por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o município e menores que o estado, os Territórios demonstram, de forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade. Isso facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões.

► BLOCO 07 – TERCEIRIZAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO

Quesito 1, informar, dentre algumas atividades, em qual o poder público municipal necessita da assessoria de terceiros.

Quesito 2, informar se o poder público municipal contrata empresas para exercer em seu lugar determinada atividade por um dado período de tempo.

Coleta de resíduo sólido domiciliar - a coleta de resíduos sólidos domiciliares, ou coleta domiciliar, consiste na atividade regular de coleta e transporte de resíduos sólidos gerados em edificações residenciais, comerciais, públicas e de prestações de serviços.

Coleta de resíduo sólido hospitalar – coleta de resíduos produzidos em unidades de prestação de cuidados de saúde, incluindo as atividades médicas de diagnóstico, prevenção e tratamento da doença em seres humanos ou em animais.

Coleta de resíduo sólido industrial - coleta de resíduos produzidos em unidades industriais de qualquer natureza.

Limpeza urbana - toda a manutenção da limpeza pública, em geral, como a varrição de ruas, limpeza de parques e praças, capinação de ruas, podas de árvores e limpeza de bueiros também estão inclusas nos serviços.

Iluminação pública – manutenção da rede de iluminação pública, troca de lâmpada, fiação, postes, etc.

Quesito 3, informar quais serviços e/ou atividades estão informatizados.

► BLOCO 08 – GESTÃO AMBIENTAL

Quesito 1, informar a existência de base cartográfica digitalizada.

Base cartográfica digitalizada - bases cartográficas de qualidade, em formato digital, e de referência, que forneçam o necessário suporte cartográfico aos diversos projetos de Geoprocessamento.

Quesito 2, informar a existência no município de sistema de informação geográfica.

Sistema de Informação Geográfica - sistema de hardware, software, informação espacial, procedimentos computacionais e recursos humanos que permite e facilita a análise, gestão ou representação do espaço e dos fenômenos que nele ocorrem.

É constituído por um conjunto de programas computacionais, o qual integra dados, equipamentos e pessoas com objetivo de coletar, armazenar, recuperar, manipular, visualizar e analisar dados espacialmente referenciados a um sistema de coordenadas conhecido.

Quesitos 3 a 5, informar sobre o processo de elaboração da Agenda 21 e o Fórum da agenda.

Agenda 21 e Fórum – a agenda pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

A Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazo. No Fórum são também definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações.

Quesitos 6 e 7, informar se o município realiza licenciamento ambiental, o tipo e quantidade de licenças concedidas.

Licenciamento ambiental - procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental autoriza a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

Conforme Resolução Nº 237, Art. 6º, de 19 de setembro de 1997, compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de impacto local e daquelas que lhe forem delegadas pelo estado por instrumento legal ou convênio.

Licença Prévia (LP) - Licença que deve ser solicitada na fase de planejamento da implantação, alteração ou ampliação do empreendimento. Aprova a viabilidade ambiental do empreendimento, não autorizando o início das obras.

Licença Instalação (LI) - Licença que aprova os projetos. É a licença que autoriza o início da obra ou instalação do empreendimento. É concedida depois de atendidas as condições da Licença Prévia.

Licença de Operação (LO) - Licença que autoriza o início do funcionamento do empreendimento/obra. É concedida depois de atendidas as condições da Licença de Instalação.

QUESITO 7:

- **não pode haver item EM BRANCO, os campos numéricos devem ser preenchidos com apenas um 0 (zero) no último campo à direita, quando a quantidade perguntada do item for nula;**
- **quando existir a informação e o informante não souber quantificar, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (8888).**

Quesito 8, informar sobre a implantação no município do Cadastro Ambiental Rural.

Cadastro Ambiental Rural – CAR - registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APP, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país.

► BLOCO 09 – ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Quesitos 1 a 12, identificar em quais temas o município possui consórcio público e com quais parceiros.

Consórcio público - pessoa jurídica formada exclusivamente por entes federativos, na forma da Lei nº 11.107, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos. Os consórcios podem servir à articulação de ativos e viabilizar a cooperação em projetos de abrangência regional, obras e outras ações destinadas a promover o desenvolvimento de determinada região.

A associação dos entes federativos na formação de consórcios públicos pode ocorrer com a participação de entes de uma mesma esfera de governo ou de diferentes esferas. Esta envolve a participação apenas de municípios; de municípios e estados; municípios e Distrito Federal; municípios e estados e Distrito Federal; municípios, estados e União; municípios, estados, Distrito Federal e União.

Em 6 de abril de 2005, através da Lei no 11.107 (Lei de Consórcios Públicos), criou-se a estrutura legal para a efetivação de consórcios públicos.

QUESITO 7:

- **só serão considerados consórcios públicos aqueles que possuírem a identificação do CNPJ;**
- **caso o município participe de mais de um consórcio no MESMO TEMA, basta informar o CNPJ de um dos consórcios.**

► BLOCO 10 – SANEAMENTO BÁSICO

Quesitos 1 e 2, informar sobre a rede de abastecimento de água no município.

Rede geral de distribuição de água – é constituída de um conjunto de tubulações interligadas, instaladas ao longo das vias públicas ou nos passeios, junto aos

edifícios, conduzindo a água aos pontos de consumo (moradias, escolas, hospitais, etc.), sendo a eles interligadas por meio de ligação predial.

Atenção:

- **considere a existência de rede geral de distribuição de água, ainda que este serviço atenda somente parte da área do município;**
- **no quesito 2 o registro do nome do órgão municipal gestor do serviço de abastecimento de água deve ser feito em letras maiúsculas e sem abreviação.**

Quesito 3, informar sobre a forma de execução do serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição.

A prefeitura é a única executora do serviço - somente a prefeitura executa o serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição.

Outra(s) entidade(s) é(são) executora(s) do serviço - se a(s) executora(s) do serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição no município não for a prefeitura.

A prefeitura e outra(s) entidade(s) são executoras do serviço - se a prefeitura e outra(s) entidade(s) são executoras do serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição no município.

Quesitos 4 e 5, informar sobre a quantidade de entidades executoras do serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição e cadastro das entidades executoras do serviço.

Atenção:

- **no quesito 4 registre a quantidade de entidades executoras do serviço, considerando inclusive a prefeitura quando for executora;**
- **os itens do quesito 5 referem-se ao cadastro das entidades executoras do serviço, inclusive a prefeitura quando for executora.**

Quesito 5:

- caso a entidade prestadora do serviço de abastecimento de água esteja localizada em outro município, sem existência de uma representação da mesma no município onde está sendo executado o serviço, registre o endereço da sede;
- se existirem mais de três entidades prestadoras dos serviços de abastecimento de água no município, utilize a folha suplementar.

Quesitos 6 e 7, informar sobre a rede de esgotamento sanitário no município.

Rede coletora de esgoto – é constituída de rede de tubulações ligadas às unidades ou prédios, conduzindo esgoto até o ponto de tratamento ou de lançamento final.

Atenção:

- considere a existência de rede coletora de esgoto, ainda que este serviço atenda somente parte da área do município;
- no quesito 7 o registro do nome do órgão municipal gestor do serviço de esgotamento sanitário deve ser feito em letras maiúsculas e sem abreviação.

Quesito 8, informar sobre a forma de execução do serviço de esgotamento sanitário.

A prefeitura é a única executora do serviço - somente a prefeitura executa o serviço de esgotamento sanitário.

Outra(s) entidade(s) é(são) executora(s) do serviço - se a(s) executora(s) do serviço de esgotamento sanitário no município não for a prefeitura.

A prefeitura e outra(s) entidade(s) são executoras do serviço - se a prefeitura e outra(s) entidade(s) são executoras do serviço de esgotamento sanitário no município.

Quesitos 9 e 10, informar sobre a quantidade de entidades executoras do serviço de esgotamento sanitário e cadastro das entidades executoras do serviço.

Atenção:

- no quesito 9 registre a quantidade de entidades executoras do serviço, considerando inclusive a prefeitura quando for executora;
- os itens do quesito 10 referem-se ao cadastro das entidades executoras do serviço, inclusive a prefeitura quando for executora.

Quesito 10:

- caso a entidade prestadora do serviço de esgotamento sanitário esteja localizada em outro município, sem existência de uma representação da mesma no município onde está sendo executado o serviço, registre o endereço da sede;
- se existirem mais de três entidades prestadoras dos serviços de esgotamento sanitário no município, utilize a folha suplementar.

Quesitos 11 e 12, informar sobre existência de manejo de águas pluviais no município.

Manejo de águas pluviais – consiste no controle do escoamento das águas de chuva, para evitar os seus efeitos adversos, que podem representar sérios prejuízos à saúde, segurança e bem-estar da população. Normalmente estes efeitos manifestam-se de quatro formas: empoçamentos, inundações, erosões e assoreamentos. O controle pode ocorrer por meio de dispositivos superficiais (sarjetas) ou subterrâneos (tubulações e/ou galerias e/ou canais).

Atenção:

- considere a existência de manejo de águas pluviais, ainda que este serviço atenda somente parte da área do município;
- no quesito 12 o registro do nome do órgão municipal gestor do serviço de manejo de águas pluviais deve ser feito em letras maiúsculas e sem abreviação.

Quesito 13, informar sobre a forma de execução do serviço de manejo de águas pluviais.

A prefeitura é a única executora do serviço - somente a prefeitura executa o serviço de manejo de águas pluviais.

Outra(s) entidade(s) é(são) executora(s) do serviço - se a(s) executora(s) do serviço de manejo de águas pluviais no município não for a prefeitura.

A prefeitura e outra(s) entidade(s) são executoras do serviço - se a prefeitura e outra(s) entidade(s) são executoras do serviço de manejo de águas pluviais no município.

Quesitos 14 e 15, informar sobre a quantidade de entidades executoras do serviço de manejo de águas pluviais e cadastro das entidades executoras do serviço.

Atenção:

- no quesito 14 registre a quantidade de entidades executoras do serviço, considerando inclusive a prefeitura quando for executora;
- os itens do quesito 15 referem-se ao cadastro das entidades executoras do serviço, inclusive a prefeitura quando for executora.

Quesito 15:

- caso a entidade prestadora do serviço de manejo de águas pluviais esteja localizada em outro município, sem existência de uma representação da mesma no município onde está sendo executado o serviço, registre o endereço da sede;
- se existirem mais de três entidades prestadoras dos serviços de manejo de águas pluviais no município, utilize a folha suplementar.

Quesitos 16 e 17, informar sobre existência de manejo de resíduos sólidos no município.

Manejo de resíduos sólidos – conjunto dos procedimentos inerentes ao manejo de cada um dos tipos de resíduos resultantes dos serviços de limpeza urbana, desde os pontos em que sejam gerados até sua reincorporação ao meio ambiente, considerando-se as etapas de acondicionamento, apresentação à coleta, coleta, transporte, descarga ou transbordo, processamento para reaproveitamento, tratamento de resíduos especiais ou convencionais, destinação final, tratamento e monitoramento de efluentes.

Atenção:

- **considere a existência de manejo de resíduos sólidos, ainda que este serviço atenda somente parte da área do município;**
- **no quesito 17 o registro do nome do órgão municipal gestor do serviço de manejo de resíduos sólidos deve ser feito em letras maiúsculas e sem abreviação.**

Quesito 18, informar sobre a forma de execução do serviço de resíduos sólidos.

A prefeitura é a única executora do serviço - somente a prefeitura executa o serviço de manejo de resíduos sólidos.

Outra(s) entidade(s) é(são) executora(s) do serviço - se a(s) executora(s) do serviço de manejo de resíduos sólidos no município não for a prefeitura.

A prefeitura e outra(s) entidade(s) são executoras do serviço - se a prefeitura e outra(s) entidade(s) são executoras do serviço de manejo de resíduos sólidos no município.

Quesitos 19 e 20, informar sobre a quantidade de entidades executoras do serviço de manejo de resíduos sólidos e cadastro das entidades executoras do serviço.

Atenção:

- **no quesito 19 registre a quantidade de entidades executoras do serviço, considerando inclusive a prefeitura quando for executora;**
- **os itens do quesito 20 referem-se ao cadastro das entidades executoras do serviço, inclusive a prefeitura quando for executora.**

Quesito 20:

- **caso a entidade prestadora do serviço de manejo de resíduos sólidos esteja localizada em outro município, sem existência de uma representação da mesma no município onde está sendo executado o serviço, registre o endereço da sede;**
- **se existirem mais de três entidades prestadoras dos serviços de manejo de resíduos sólidos no município, utilize a folha suplementar.**

► BLOCO 11 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Quesito 1, identificar a caracterização da unidade administrativa da prefeitura responsável pela política de ciência, tecnologia e inovação do município (órgão gestor).

Sendo da administração direta, consideramos como secretaria, aquela unidade organizacional do governo municipal de primeiro escalão, cuja denominação pode variar de acordo com a forma de organização de cada prefeitura, podendo ser chamada de Secretaria, Divisão, Diretoria, dentre outros.

Se a prefeitura possui a estrutura organizacional da administração direta constituída por departamentos, divisões, diretorias, e não secretarias (por questão de nomenclatura), e esses departamentos, divisões ou diretorias têm as mesmas funções de uma secretaria, deverá ser informado qual deles é o responsável pela política de ciência, tecnologia e inovação do município.

Secretaria municipal exclusiva - quando o órgão gestor trata da política isoladamente.

Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais - quando o órgão gestor trata da política em conjunto com outras pastas.

Setor subordinado a outra secretaria - quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional do município, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a outra pasta.

Setor subordinado diretamente ao chefe do executivo - quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional do município, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado ao gabinete ou à instância de assessoramento do executivo.

Órgão da administração indireta - quando o órgão gestor é uma entidade da administração indireta municipal, podendo se apresentar como uma fundação ou empresa pública, ou sociedade de economia mista ou autarquia.

Não possui estrutura - quando não existe estrutura organizacional no município para a gestão da política.

Atenção:

Vale ressaltar que Conselhos Municipais não são unidades organizacionais das prefeituras, são instrumentos de controle e participação social, portanto não podem ser órgãos gestores de políticas públicas.

Quesito 2, existindo unidade administrativa na prefeitura responsável pela política de ciência, tecnologia e inovação, e se caracterizada como secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais ou setor subordinado a outra secretaria, registre a que órgão é associado ou subordinado.

Quesito 3, existindo unidade administrativa na prefeitura responsável pela política de ciência, tecnologia e inovação, registre o nome do órgão gestor.

Exemplo de caracterização e nome do órgão gestor:

A política de ciência, tecnologia e inovação é realizada pela Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia

Caracterização: Secretaria municipal exclusiva

Nome do órgão gestor da política de ciência, tecnologia e inovação:
Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia;

A política de ciência, tecnologia e inovação é realizada por um departamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Nome do órgão gestor da política de ciência, tecnologia e inovação:
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

A política de ciência, tecnologia e inovação é realizada pela Coordenadoria Geral de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, que é uma unidade de primeiro escalão, com status de secretaria

Caracterização: Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais;

Nome do órgão gestor da política de ciência, tecnologia e inovação:

Coordenadoria Geral de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico.

A política de ciência, tecnologia e inovação é realizada pelo gabinete do prefeito

Caracterização: Setor subordinado diretamente à chefia do executivo;

Nome do órgão gestor da política de ciência, tecnologia e inovação:
Gabinete do prefeito;

Não existe na prefeitura municipal estrutura organizacional para tratar da política de ciência, tecnologia e inovação

Caracterização: Não possui estrutura;

Nome do órgão gestor da política de ciência, tecnologia e inovação: fica em branco.

Quesitos 4 a 7, informar algumas características do perfil do gestor da política de ciência, tecnologia e inovação.

Ensino fundamental (1º Grau) incompleto - do antigo primário até o ginasial, sem ter concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).

Ensino fundamental (1º Grau) completo - do antigo primário até o ginasial, tendo concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).

Ensino médio (2º Grau) incompleto - o antigo científico, normal, clássico ou equivalente e sem ter concluído todo o 2º grau.

Ensino médio (2º Grau) completo - o antigo científico, normal, clássico ou equivalente, tendo concluído todo o 2º grau.

Ensino superior incompleto - graduação superior não concluída.

Ensino superior completo - graduação superior concluída.

Pós-graduação – cursos de pós-graduação lato sensu (ou especialização) com duração mínima de 360 horas. Oferecidos aos portadores de diploma de curso superior, têm usualmente um objetivo técnico-profissional específico.

Mestrado ou doutorado ou pós doutorado concluído - cursos de pós-graduação stricto sensu, voltados à formação científica e acadêmica e também ligados à

pesquisa. O curso de mestrado tem a duração recomendada de dois a dois anos e meio, durante os quais o aluno desenvolve uma dissertação e cursa as disciplinas relativas à sua pesquisa; o de doutorado tem a duração média de quatro anos, para o cumprimento das disciplinas, realização da pesquisa e elaboração da tese; pós doutorado consiste em uma atividade especializada ou estágio de pesquisa em universidade, realizado após a conclusão do doutorado.

Área de formação de nível superior – detalhamento das áreas de acordo com o padrão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Educação - Administração Educacional, Pedagogia, Formação de professor de educação básica, Formação de professor de disciplinas profissionais, Formação de professor de matérias específicas, dentre outros.

Humanidade e artes - Artes e mídia, Belas artes, Design e estilismo, Filosofia e ética, História e arqueologia, Letras, Música e artes cênicas, Teologia, Artes gráficas, Fotografia, Multimídia, Produção de multimídia, Som e imagem, dentre outros.

Ciências Sociais, Negócios e Direito - Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da informação, Ciência política, Relações internacionais, Ciências sociais, Ciências contábeis, Direito, Economia, Administração, Cinema e vídeo, Comunicação social, Marketing e publicidade, Relações públicas, Psicologia, dentre outros.

Ciências, Matemática e Computação - Biomedicina, Ciências biológicas, Administração de redes, Ciência da computação, Tecnologia da informação, Ecologia, Geografia, Geologia, Oceanografia, Ciência atuarial, Estatística, Astronomia, Física, Matemática, Análise de sistemas, Química, dentre outros.

Engenharia, Produção e Construção - Arquitetura e urbanismo, Paisagismo, Engenharia eletrotécnica, Engenharia de computação, Engenharia mecatrônica, Tecnologia digital, Telecomunicações, Telemática, Engenharia civil e de construção, Engenharia industrial, Engenharia mecânica, Engenharia de produção de materiais, Engenharia de minas, Engenharia de petróleo, Engenharia de alimentos, Engenharia química, Engenharia têxtil, Construção naval, Engenharia aeroespacial, dentre outros.

Agricultura e Veterinária - Engenharia florestal, Silvicultura, Horticultura, Agroecologia, Engenharia agrícola, Tecnologia em agronegócio, Zootecnia, Engenharia de pesca, Medicina veterinária, dentre outros.

Saúde e Bem-Estar Social - Enfermagem, Farmácia, Medicina, Odontologia, Educação física, Serviço social, Tecnologia de radiologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Terapia ocupacional, dentre outros.

Serviços - Economia doméstica, Gestão desportiva e de lazer, Gastronomia, Gestão ambiental, Curso Estética e Cosmética, Formação militar, Ciência aeronáutica, Turismo, dentre outros.

Quesito 7:

Quando existir a informação e o informante não souber quantificar, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (88).

Quesito 8, informar se a Lei Orgânica do município trata de Ciência, Tecnologia, Inovação.

Lei Orgânica - a lei maior de um município ou do Distrito Federal. O Distrito Federal, assim como os municípios, tem-na como forma equivalente de constituição.

Quesito 9, informar a existência de Lei de Inovação.

Lei de Inovação - estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial.

Atenção:

Quando o informante não souber a lei e/ou o ano de criação o técnico deve preencher todo o campo com 8 (888888/8888).

Quesito 10, informar, dentre os objetos relacionados nos itens do quesito, quais os regulamentados por instrumento legal, e o tipo de instrumento.

Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação - sistema formado por uma multiplicidade de atores que interagem em diversos níveis para a promoção da inovação.

Em cada ente federado esse sistema envolveria basicamente:

- Ministérios, Secretarias de Ciência e Tecnologia, Educação, Saúde, Defesa, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Agricultura, Relações Exteriores, entre outros;
- Órgãos de fomento à pesquisa científica e tecnológica, além das agências de financiamento do desenvolvimento tecnológico, se houver;
- Instituições de Ensino Superior, Hospitais Universitários e Centros de Pesquisa públicos e privados (Institutos de Ciência e Tecnologia da Informação - ICTI's);
- Empresas de grande, médio e pequeno porte e microempresas, em diversos setores;
- Associações científicas, tecnológicas e empresariais e órgãos não governamentais que contam com a participação da sociedade.

Incentivos fiscais à Ciência, Tecnologia e Inovação – os incentivos incluem: i) incentivos tributários, que representam a dispensa legal do pagamento de tributo, ou a sua redução, em favor de entidades públicas ou privadas com objetivo de geração de benefícios sociais e econômicos (ex: Lei do Bem, Lei da Informática etc.); ii) subvenções governamentais, geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só, concedidas a entidades normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.

Atenção:

- **na existência de outros objetos regulamentados preencher os itens 10.6 a 10.11, conforme a necessidade, com letra maiúscula e por extenso.**
- **nos casos em que os campos disponíveis no item não sejam suficientes para o preenchimento por extenso, abreviar de forma legível.**

Quesitos 11 e 12, informar a existência de Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e algumas de suas características.

Conselho – os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal).

Atenção:

Quando o informante não souber a lei e/ou o ano de criação o técnico deve preencher todo o campo com 8 (888888/8888).

Quesito 13, informar a realização de Conferência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e algumas de suas características.

Conferência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - foro que se destina a avaliar, debater, propor e elaborar políticas e ações em Ciência, Tecnologia e Inovação, para o município, em âmbitos público e privado e a traçar políticas de interesse do município, voltadas à esfera pública municipal, em cooperação com outras esferas públicas e setores privados, propondo rumos e prioridades dos investimentos na área.

Atenção:

Quando o informante não souber o ano da última conferência, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (8888).

Quesito 14, informar o valor do dispêndio (despesa realizada), no ano de **2013**, nas atividades internas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Atividades internas - compreendem aquelas desenvolvidas pela administração direta ou indireta.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - compreende o trabalho criativo, empreendido de forma sistemática, com o objetivo de aumentar o acervo de

conhecimentos e o uso destes para desenvolver novas aplicações, tais como produtos ou processos novos ou substancialmente aprimorados. O desenho, a construção e o teste de protótipos e de instalações piloto constituem muitas vezes a fase mais importante das atividades de P&D. Inclui também o desenvolvimento de software, desde que este envolva um avanço tecnológico ou científico.

Atenção:

Quando o informante não souber o valor, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (888888888888,88).

Quesito 15, existindo valor do dispêndio (despesa realizada), no ano de **2013**, informar a distribuição percentual do valor total dos dispêndios de acordo com as fontes de financiamento utilizadas.

Financiamento da receita do próprio município - Fundos próprios (inclusive empréstimos).

Financiamento de empresas brasileiras - empresas estatais, empresas privadas, instituições de pesquisa, centros tecnológicos e universidades privadas.

Financiamento público estadual - instituições financeiras estaduais e outros organismos da administração pública estadual tais como: administração direta, Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP's), instituições de pesquisa, centros tecnológicos, universidades, empresas estaduais, etc.

Financiamento público federal - instituições financeiras estatais (FINEP, BNDES, BB, BND, BASA) e outros organismos da administração pública federal tais como; administração direta, agências de fomento à pesquisa como o CNPq, instituições de pesquisa, centros tecnológicos, universidades e empresas federais como EMBRAPA, etc.

Financiamento procedente do exterior - governos, universidades, organismos internacionais, etc

Atenção:

- na coluna **PERCENTUAL**, utilize valores inteiros;
- para efetuar o arredondamento, se o algarismo a ser eliminado for maior ou igual a cinco, acrescente uma unidade ao algarismo que está situado à sua esquerda ($22,6 = 23$), se o algarismo a ser eliminado for menor que cinco, devemos manter inalterado o algarismo da esquerda ($33,4 = 33$);
- quando o informante não souber o valor percentual, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (888);
- o somatório dos valores percentuais dos itens 15.1 a 15.8 deve ser igual a 100.

Quesito 16, informar o quantitativo de pessoas do quadro do município, no ano de 2014, normalmente ocupadas nas atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), segundo o nível de qualificação e a dedicação a estas atividades.

Pesquisadores - profissionais engajados na concepção ou na criação de novos conhecimentos técnicos, produtos, processos, métodos e sistemas e na gestão dos projetos.

Técnicos - pessoas cujas principais tarefas requerem conhecimentos técnicos e experiência em um ou vários campos da engenharia, das ciências físicas e biológicas, ou então das ciências sociais e humanas. Participam das atividades de P&D através de tarefas científicas e técnicas que incluem a aplicação de conceitos e métodos operacionais, geralmente sob a supervisão dos pesquisadores.

Auxiliares – o restante dos trabalhadores, qualificados ou não, que participam dos projetos de P&D; ou o pessoal de escritório, digitadores, contadores, estoquistas, engajados no suporte administrativo ou de escritório de unidades de P&D.

Pessoas com dedicação exclusiva - aquelas pessoas permanentemente ocupadas em P&D durante o ano, ou seja, pessoas que só trabalham com as atividades de P&D.

Pessoas com dedicação parcial - aquelas pessoas que, além das atividades de P&D, executam outras tarefas.

QUESITO 16.1:

Se no quesito 16 for assinalado o item 1, no quesito 16.1:

- **se o informante não souber quantificar nenhum dos itens do quesito, deve ser assinalado o item 16.5;**
- **não pode haver item EM BRANCO, os campos numéricos devem ser preenchidos com apenas um 0 (zero) no último campo a direita, quando a quantidade perguntada do item for nula;**
- **quando existir a informação e o informante não souber quantificar, o técnico deve preencher todo o campo com 8;**
- **quando um item for preenchido com 8888, o total da linha deverá ser igual a 8888;**
- **quando um item for preenchido com 8888, o total da coluna deverá ser sempre superior à soma dos valores diferentes de 8888.**

Quesito 17, informar o valor do dispêndio (despesa realizada), no ano de **2013**, nas atividades externas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e os percentuais dos valores recebidos do Governo Federal e Estadual.

Atividades externas - compreendem aquelas realizadas por outra organização (empresas ou instituições tecnológicas que não façam parte da administração direta ou indireta do município), e financiadas e/ou adquiridas pelo município.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - compreende o trabalho criativo, empreendido de forma sistemática, com o objetivo de aumentar o acervo de conhecimentos e o uso destes para desenvolver novas aplicações, tais como produtos ou processos novos ou substancialmente aprimorados. O desenho, a construção e o teste de protótipos e de instalações piloto constituem muitas vezes a fase mais importante das atividades de P&D. Inclui também o desenvolvimento de software, desde que este envolva um avanço tecnológico ou científico.

Atenção:

Quando o informante não souber o valor, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (888888888888,88).

Percentual recebido do Governo Federal – do valor total dos dispêndios de 2013, qual o percentual recebido do Governo Federal.

Percentual recebido do Governo Estadual – do valor total dos dispêndios de 2013, qual o percentual recebido do Governo Estadual.

Atenção:

- **nos itens 17.1.1 e 17.1.2, utilize valores inteiros;**
- **para efetuar o arredondamento, se o algarismo a ser eliminado for maior ou igual a cinco, acrescente uma unidade ao algarismo que está situado à sua esquerda (22,6 = 23), se o algarismo a ser eliminado for menor que cinco, devemos manter inalterado o algarismo da esquerda (33,4 = 33);**
- **quando o informante não souber o valor percentual, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (888).**

Quesito 18, existindo valor do dispêndio (despesa realizada), no ano de **2013**, informar a distribuição percentual do valor total dos dispêndios segundo tipo de organização realizadora de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

No Brasil - empresas privadas e estatais e de instituições de pesquisa e centros tecnológicos, universidades públicas, universidades privadas e outros organismos da administração pública tais como: administração direta, Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP's), instituições de pesquisas e centros tecnológicos e empresas como EMBRAPA, etc.

No exterior - empresas, governos, universidades, organismos internacionais, etc.

Atenção:

- na coluna **PERCENTUAL**, utilize valores inteiros;
- para efetuar o arredondamento, se o algarismo a ser eliminado for maior ou igual a cinco, acrescente uma unidade ao algarismo que está situado à sua esquerda ($22,6 = 23$), se o algarismo a ser eliminado for menor que cinco, devemos manter inalterado o algarismo da esquerda ($33,4 = 33$);
- quando o informante não souber o valor percentual, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (888);
- o somatório dos valores percentuais dos itens 18.1 a 18.5 deve ser igual a 100.

Quesito 19, informar as Atividades Científicas e Técnicas Correlatas (ACTC) realizadas pela administração direta ou indireta no ano de **2014**.

Atividades científicas e técnicas correlatas - são atividades relacionadas com a pesquisa e desenvolvimento experimental e que contribuem para a geração, difusão e aplicação do conhecimento científico e técnico.

Quesito 20, informar o valor do dispêndio (despesa realizada), no ano de **2013**, das Atividades Científicas e Técnicas Correlatas (ACTC).

Atenção:

Quando o informante não souber o valor, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (888888888888,88).

Quesito 21, informar sobre a existência e quantidade de instituições típicas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e/ou Atividades Científicas e Técnicas Correlatas (ACTC) pertencentes a administração direta ou indireta do município.

Instituições típicas de Ciência e Tecnologia - são aquelas que têm por finalidade a realização de atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e/ou Atividades Científicas e Técnicas Correlatas (ACTC) de modo permanente e organizado, e

que aplicam a maior parte de seus recursos nestas atividades. Relacionar instituições enquadradas mesmo que vinculadas as outras secretarias.

Atenção:

No Quesito 21.1, quando o informante não souber a quantidade de instituições, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (88).

Quesito 22, existindo instituições típicas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e/ou Atividades Científicas e Técnicas Correlatas (ACTC) pertencentes à administração direta ou indireta do município, informar o nome e a qualificação da instituição.

Atenção:

O preenchimento do nome ou razão social das instituições deve ser feito em letra de forma maiúscula sem abreviações.

Atenção:

- **se Quesito 21.1 estiver com quantidade ignorada, o Quesito 22 ficará em branco;**
- **a quantidade informada no quesito 21.6 é igual ao número de instituições relacionadas no Quesito 22.**

Quesitos 23 e 24, informar, de acordo com a modalidade, o número de bolsas e mensalidades concedidas no país no ano de 2014 e percentualmente quanto à área de conhecimento.

Iniciação científica - uma modalidade de pesquisa acadêmica desenvolvida por alunos de graduação, nas universidades brasileiras, em diversas áreas do conhecimento.

Atenção:

- se o informante não souber quantificar nenhum dos itens do quesito, deve ser assinalado o item 23.6;
- se preenchido o quadro, não pode haver item **EM BRANCO**, os campos numéricos devem ser preenchidos com apenas um 0 (zero) no último campo à direita, quando a quantidade perguntada do item for nula;
- quando existir a informação e o informante não souber quantificar, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (8888).

Ciências agrárias - compõem uma área multidisciplinar de estudos envolvendo campos como Agronomia, Agroecologia, Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca, Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia Agropecuária, Ciências de Alimentos e Engenharia de Aquicultura, e que visa a busca do aprimoramento técnico, o aumento produtivo e melhorias no manejo e preservação dos recursos naturais. Englobam, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas tecnológicas, dentre os quais a engenharia genética e biocombustíveis.

Ciências biológicas - ciência que estuda todas as formas de vida, passando pela flora, pela fauna e até pelo desenvolvimento humano.

Ciências da saúde - ou ciências médicas são as áreas de estudo relacionadas com a vida, a saúde e a doença, e incluem a medicina humana, a biologia, a medicina veterinária, a naturologia, a biomedicina, a enfermagem, a fonoaudiologia, as análises clínicas, a farmácia, a ciência do esporte, a educação física, a odontologia, a psicologia, a terapia ocupacional, a nutrição, a fisioterapia e a engenharia biomédica, entre outras.

Ciências exatas e da terra - embora inclua cursos com perfis bem distintos, a área das Ciências Exatas e da Terra tem por característica a presença de disciplinas baseadas em cálculos físico-matemáticos. Envolve matérias como Matemática, Informática, Ciências Atuariais, Matemática Computacional, Sistemas de Informação, Geologia, Estatística, Física, Química, Oceanografia, entre outras.

Ciências humanas - são conhecimentos criteriosamente organizados em áreas científicas e que tratam dos aspectos do ser humano como indivíduo e como ser social, tais como a sociologia, ciência política, antropologia, história, linguística, pedagogia, economia, administração, comunicação social, contabilidade, geografia, direito, arqueologia, psicologia, relações internacionais, entre outras.

Ciências sociais aplicadas - correspondem as especialidades direito, administração, economia, arquitetura, planejamento urbano, demografia, ciência da informação, museologia, comunicação e turismo.

Engenharias - ciência, a arte e a profissão de adquirir e de aplicar os conhecimentos matemáticos, técnicos e científicos na criação, aperfeiçoamento e implementação de utilidades, tais como materiais, estruturas, máquinas, aparelhos, sistemas ou processos, que realizem uma determinada função ou objetivo. Engenharia aeronáutica, ambiental, cartográfica, da computação, de alimentos, de controle e automação, de horticultura, de minas, de petróleo e gás, de segurança do trabalho, elétrica, florestal, industrial, mecatrônica, naval, civil, dentre outras.

Linguística, letras e artes – artes visuais, cinema, design, design de moda, letras, música, teatro, entre outras

Atenção:

- **Nos itens 24.1 a 24.9, utilize valores inteiros;**
- **para efetuar o arredondamento, se o algarismo a ser eliminado for maior ou igual a cinco, acrescente uma unidade ao algarismo que está situado à sua esquerda ($22,6 = 23$), se o algarismo a ser eliminado for menor que cinco, devemos manter inalterado o algarismo da esquerda ($33,4 = 33$);**
- **quando o informante não souber o valor percentual, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (888).**

Quesitos 25 e 28, informar a existência no município e quantidade, de responsabilidade da gestão municipal, de Parque Tecnológico, Incubadoras, Centros Vocacionais Tecnológicos e Telecentros, de acordo com a fase da estrutura e principal fonte de

financiamento e a quantidade dessas estruturas com vinculação com Instituição de Ciência e Tecnologia

Parque tecnológico - são empreendimentos para a promoção de ciência, tecnologia e inovação, criados e geridos com o objetivo de promover pesquisa e inovação na área tecnológica e de estimular a cooperação entre instituições de pesquisa, universidades e empresas. São espaços que oferecem oportunidade para as empresas transformarem pesquisa em produto, aproximando os centros de conhecimento (universidades, centros de pesquisas e escolas) do setor produtivo (empresas em geral).

Incubadora - são mecanismos de estímulo e apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento que facilitam a implantação de novas empresas que tenham como principal estratégia de negócios a inovação tecnológica.

Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) - unidades tecnológicas de referência, ambientes tecnológicos municipais ou regionais para a extensão tecnológica, a inclusão social, a redução das desigualdades sociais e a democratização do conhecimento.

Telecentros - unidades que oferecem treinamentos para Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), de forma gratuita, compostas por computadores conectados à internet e que contam com a presença de monitores em tempo integral.

Instituição Científica e Tecnológica - órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico.

Atenção:

Nos quesitos 25, 26, 27 e 28, quando na coluna QUANTIDADE, se o valor informado for igual a 1, na coluna PRINCIPAL FONTE DE FINANCIAMENTO deve ser assinalado apenas um único item.

Quesito 29, informar se o município (gestão municipal) tem algum programa ou ação de disseminação da atividade científica junto à população.

A difusão do conhecimento científico por intermédio de vários meios, dando amplitude de disseminação do conhecimento científico junto à população, por intermédio de uma linguagem que busca se adequar ao público em geral, com papel fundamental na formação do cidadão em nossa sociedade.

2.3 Instruções de Preenchimento do Suplemento do Poder Legislativo

► BLOCO 01 - RESPONSÁVEL PELA COLETA

Bloco de preenchimento obrigatório com o nome e o número do SIAPE e telefone do técnico do IBGE, responsável pela coleta das informações, e as datas de início e término da coleta.

► BLOCO 02 - IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

Bloco de preenchimento obrigatório com o código numérico da Unidade da Federação a que o município pertence, o código numérico e o DV do município onde está sendo efetuada a coleta de informações e o **nome completo do município**.

► BLOCO 3 – INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA CÂMARA MUNICIPAL

Quesitos 1 e 2, informar sobre o CNPJ da Câmara Municipal.

Quesitos 3 a 10, informar sobre a localização da Câmara Municipal.

Atenção:

- **quesitos 3, 7, 8 e 10 de preenchimento obrigatório. No caso de não possuir numeração (quesito 4), complemento (quesito 5), bairro (quesito 6) e fax (quesito 9), estes deverão ficar em branco.**

Quesitos 11 a 15, informar sobre página na internet da Câmara Municipal, sua classificação, e existência de e-mail.

Página informativa – disponibiliza portal que não permite nenhum tipo de interação com o usuário, funcionando unicamente como fonte de informação.

Página interativa – portal que funciona como fonte de informação e permite também receber informações e dados por parte dos cidadãos, empresas ou outros órgãos.

Atenção:

- no quesito 12 no preenchimento do endereço da página na internet não colocar o <http://www.>, já impresso no questionário;
- endereço de página na internet não tem @.

Quesitos 16 e 17, informar a data de criação da Câmara Municipal e atualização do regimento interno.

Atenção:

Quando o informante não souber a data de criação ou a data da última atualização do regimento interno, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (88/88/8888).

Quesitos 18 a 24, informar dados sobre o responsável pela informação.

► **BLOCO 04 - INFRAESTRUTURA**

Quesitos 1 a 3, informar sobre o prédio, sede e imóvel da Câmara Municipal.

Quesito 4, informar a distribuição dos gabinetes pelos vereadores.

Quesito 5, existência de plenário para acomodação do público e imprensa na Câmara Municipal.

Quesito 6, existência de linha telefônica fixa e móvel na Câmara Municipal.

Quesitos 7 a 9, informar a existência de computadores em funcionamento, ligados em rede e com acesso à internet na Câmara Municipal.

Quesito 10, informar a utilização de sistema informatizado em algumas atividades da Câmara Municipal.

Processo legislativo - elaboração de proposições, tramitação, banco de normas jurídicas.

Atividade dos legisladores - gabinete, agenda, cadastro de pessoas, mala direta, número e tipo de atendimento ao público em geral.

Administrativo - recursos humanos, orçamento, finanças, controle de material, controle de compras.

Quesitos 11 e 12, informar a existência na Câmara Municipal de unidade administrativa responsável pelo arquivamento de documentos e se os documentos são digitalizados.

Unidade administrativa responsável pelo arquivamento de documentos – unidade administrativa formalmente instituída responsável pela avaliação e destinação de documentos produzidos e recebidos pela Câmara Municipal.

Digitalização de documentos - é o processo de conversão de documentos físicos em formato digital. Este processo dinamiza extraordinariamente o acesso e a disseminação das informações entre os funcionários e colaboradores, com a visualização instantânea das imagens de documentos.

Quesito 13, informar os tipos de comunicação interna da Câmara Municipal com servidores e legisladores.

Quesito 14, existência na Câmara Municipal de desenvolvimento de alguma ação de comunicação e/ou relacionamento com a população.

Câmara Itinerante - é um instrumento da Câmara Municipal voltado para a interiorização do Poder Legislativo no município, levando suas atividades à interação com a comunidade.

A Câmara Itinerante tem o objetivo de popularizar os trabalhos do Legislativo, aproximar o contato direto do vereador com a população de cada região urbana e rural; promover a integração entre o Poder Legislativo e a comunidade, abrindo a

perspectiva de trabalharem juntos a partir da discussão comum dos problemas que envolvem o município, com o intuito de encontrar uma solução homogênea; propiciar ao vereador conhecer de perto o comportamento de cada comunidade, suas reações, opiniões e anseios, propiciando uma intimidade que desemboque em realizações mútuas; antever as aspirações populares, visando intervir junto à cada comunidade como interlocutor no estudo de seus problemas, encaminhando suas propostas aos setores competentes da Administração Municipal.

Quesito 15, existência de e-mail corporativo para os servidores da Câmara Municipal.

► BLOCO 05 – RECURSOS HUMANOS

Quesito 1, preencher os itens com o quantitativo do pessoal ocupado na Câmara Municipal por vínculo empregatício.

Estatutário – é o servidor regido pelo Regime Jurídico Único (RJU).

Celetista – é o servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Somente comissionado – é o ocupante de cargo em comissão que não possui cargo efetivo, tem como vínculo apenas o cargo comissionado que exerce.

Estagiário – é o aluno regularmente matriculado que frequente, efetivamente, curso vinculado à estrutura do ensino público ou particular, em nível superior, ou de ensino médio, de educação profissionalizante de nível médio ou superior, ou escolas de educação especial, aceitas pelo legislativo municipal, para o desenvolvimento de atividades relacionadas à sua área de formação.

Sem vínculo permanente – é o cedido por outra entidade, o prestador de serviço, o voluntário, admitidos através de contrato temporário, dentre outros.

Atenção:

- não pode haver item EM BRANCO, os campos numéricos devem ser preenchidos com apenas um 0 (zero) no último campo à direita, quando a quantidade perguntada do item for nula;
- quando existir a informação e o informante não souber quantificar, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (888888);
- quando o item for preenchido com 888888, o total da linha deverá ser sempre superior à soma dos valores diferentes de 888888.

Quesito 2, informar a existência de pessoal para emitir parecer, elaborar discurso, minuta de projeto de lei e nota técnica na Câmara Municipal, o total de pessoas que desenvolve essa atividade, quantos destes são estatutários e quantos tem ensino superior completo.

Itens 2.1, 2.2, 2.3:

- quando existir a informação e o informante não souber quantificar, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (88);
- no item 2.3 informar o total de pessoas com ensino superior completo independentemente do vínculo empregatício.

► BLOCO 06 – VEREADORES

Quesito 1, preencher os itens com o quantitativo de vereadores com mandato em curso, por idade e sexo.

Atenção:

- não pode haver item EM BRANCO, os campos numéricos devem ser preenchidos com apenas um 0 (zero) no último campo a direita, quando a quantidade perguntada do item for nula;
- quando existir a informação e o informante não souber quantificar, o técnico deve preencher todo o campo com 8;
- quando o item for preenchido com 888888, o total da linha deverá ser sempre superior à soma dos valores diferentes de 888888.

Quesito 2, preencher os itens com o quantitativo de vereadores com mandato em curso, por escolaridade.

Sem instrução - pessoa que não frequentou escola ou, se frequentou, não concluiu nem a 1ª série do Ensino Fundamental.

Ensino fundamental (1º Grau) incompleto - do antigo primário até o ginásial, sem ter concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).

Ensino fundamental (1º Grau) completo - do antigo primário até o ginásial, tendo concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).

Ensino médio (2º Grau) incompleto - o antigo científico, normal, clássico ou equivalente, sem ter concluído todo o 2º grau.

Ensino médio (2º Grau) completo - o antigo científico, normal, clássico ou equivalente, tendo concluído todo o 2º grau.

Ensino superior incompleto - graduação superior não concluída.

Ensino superior completo - graduação superior concluída.

Pós-graduação - cursos de pós-graduação lato sensu (ou especialização) com duração mínima de 360 horas. Oferecidos aos portadores de diploma de curso superior, têm usualmente um objetivo técnico-profissional específico.

Mestrado ou doutorado - cursos de pós-graduação stricto sensu, voltados à formação científica e acadêmica e também ligados à pesquisa. O curso de mestrado tem a duração recomendada de dois a dois anos e meio, durante os quais o aluno desenvolve uma dissertação e cursa as disciplinas relativas à sua

pesquisa; o de doutorado tem a duração média de quatro anos, para o cumprimento das disciplinas, realização da pesquisa e elaboração da tese.

Atenção:

- **não pode haver item EM BRANCO, os campos numéricos devem ser preenchidos com apenas um 0 (zero) no último campo à direita, quando a quantidade perguntada do item for nula;**
- **quando existir a informação e o informante não souber quantificar, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (8888);**
- **quando o item for preenchido com 888888, o total da linha deverá ser sempre superior à soma dos valores diferentes de 8888.**

Quesitos 3 e 4, informar o valor do subsídio mensal recebido pelos vereadores e o valor mensal da verba de gabinete no ano de **2015**.

Subsídio mensal recebido pelos vereadores - remuneração mensal recebida pelo exercício de seu mandato eletivo, fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe a Lei Maior e os critérios estabelecidos nas respectivas Leis Orgânicas.

Verba de Gabinete - é destinada ao pagamento de salários dos secretários, funcionários que não precisam ser servidores públicos e são escolhidos diretamente pelo vereador, custeio das despesas dos gabinetes, como correio, combustível, remuneração, material de escritório, etc.

Atenção:

Quando o informante não souber o valor, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (888888,88).

Quesito 5, preencher os itens com o quantitativo de vereadores com mandato em curso, por sexo e o número de mandatos exercidos até o ano de **2015**.

Atenção:

- as informações dos vereadores que estiverem no ano de 2015, exercendo seu primeiro mandato, devem estar na primeira linha da tabela, e assim sucessivamente;
- não pode haver item EM BRANCO, os campos numéricos devem ser preenchidos com apenas um 0 (zero) no último campo à direita, quando a quantidade perguntada do item for nula;
- quando existir a informação e o informante não souber quantificar, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (8888);
- quando o item for preenchido com 888888, o total da linha deverá ser sempre superior à soma dos valores diferentes de 888888.

Quesito 6, informar o quantitativo de vereadores por partido político.

Atenção:

Quando o informante não souber a quantidade de vereadores por partido, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (88).

Quesito 7, informar o partido político do presidente da Câmara Municipal.

Atenção:

- preencher o quesito com o código numérico do partido político do presidente da Câmara Municipal;
- quando o informante não souber o código, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (88).

► BLOCO 07 – PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Quesito 1, informar o número de projetos de lei que foram apresentados por determinados atores e aprovados pela Câmara Municipal em **2014**.

Atenção:

- não pode haver item **EM BRANCO**, os campos numéricos devem ser preenchidos com apenas um **0 (zero)** no último campo à direita, quando a quantidade perguntada do item for nula;
- quando existir a informação e o informante não souber quantificar, o técnico deve preencher todo o campo com **8 (88)**.

Quesito 2, informar o número de sessões realizadas pela Câmara Municipal em **2014**.

Sessões realizadas – sessões ordinárias e extraordinárias.

Atenção:

Quando existir a informação e o informante não souber quantificar, o técnico deve preencher todo o campo com **8 (888)**.

Quesito 3, informar se Câmara Municipal promoveu audiências públicas e o número de audiências realizadas no ano de **2014**.

Atenção:

No item 3.1, quando o informante não souber o número de audiências públicas realizadas, o técnico deve preencher todo o campo com **8 (888)**.

Quesito 4, informar o número de sessões ordinárias realizadas pela Câmara Municipal por semana, no ano de **2014**.

Atenção:

Quando o informante não souber o número de sessões ordinárias realizadas por semana, o técnico deve preencher todo o campo com **8 (88)**.

► **BLOCO 08 – RECURSOS FINANCEIROS**

Quesito 1, informar o valor total do orçamento previsto para a Câmara Municipal no ano de **2015**.

Atenção:

Quando o informante não souber o valor, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (888888888888,88).

Quesito 2, informar o valor da despesa executada da Câmara Municipal no ano de **2014**.

Atenção:

Quando o informante não souber o valor, o técnico deve preencher todo o campo com 8 (888888888888,88).

Quesitos 3 e 4, informar se houve suplementação ou devolução orçamentária no ano de **2014**.

2.4 Instruções para entrega do Suplemento do Poder Legislativo

Em caso do questionário do Suplemento do Poder Legislativo não ser preenchido de forma presencial, sendo necessário que o mesmo permaneça na Câmara Municipal para posterior devolução, ele deverá ser protocolado ficando o técnico responsável com o recibo de entrega.

CHEFE DA COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E
INDICADORES SOCIAIS

Barbara Cobo Soares

GERENTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS

Antônio Carlos Alkmim dos Reis

GERÊNCIA DA PESQUISA DE INFORMAÇÕES
BÁSICAS MUNICIPAIS

Vânia Maria Pacheco

EQUIPE TÉCNICA DA PESQUISA DE INFORMAÇÕES
BÁSICAS MUNICIPAIS

Alberto Sineiro Dantas

Marzulo Pagani Vivacqua

Sandra Maria Barreto

Vânia Maria Pacheco